ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO: um panorama histórico

Comunicação

GTE 16: História da Educação Musical

Franklin Bruno da Silva Barros
Universidade Federal do Maranhão
franklinbrunos@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta um panorama histórico da Escola Municipal de Música de Alto Alegre do Maranhão, buscando compreender seu processo de criação e sua inserção no contexto da educação musical maranhense. A pesquisa integra um estudo mais amplo sobre a trajetória histórica da instituição e fundamenta-se em abordagem qualitativa de caráter histórico-documental. Foram utilizados documentos oficiais, legislação municipal, registros institucionais, literatura especializada sobre educação musical e entrevistas com agentes envolvidos na construção da história musical do município. Inicialmente, discute-se o desenvolvimento das instituições de ensino de música no Brasil e no Maranhão, evidenciando diferentes configurações de escolas de música ao longo do tempo. Em seguida, são apresentados os antecedentes da educação musical em Alto Alegre do Maranhão, destacando iniciativas ligadas a grupos religiosos, bandas marciais, fanfarras e à Orquestra Acordes Celeste, experiências que contribuíram para a formação de uma cultura musical local. Os resultados apontam que a criação da Escola Municipal de Música, formalizada pela Lei nº 231/2015 e efetivada em 2018, representa um marco na democratização do acesso ao ensino de música no município, consolidando um espaço público destinado à formação musical de crianças, jovens e adultos. Conclui-se que a instituição desempenha papel relevante na promoção da educação musical local, embora ainda enfrente desafios relacionados à organização curricular, à formação específica de seus docentes e à ampliação de suas ações pedagógicas.

Palavras-chave: Escola de Música; História; Educação Musical; Maranhão.

A instituição escolar musical no Brasil

Em 1549, os jesuítas chegam ao Brasil Colonial e se apressaram em aproveitar as aptidões musicais dos indígenas para os trabalhos de catequese. Esperidião afirma que,

> [...] a música europeia predominou sobre a música nativa, refletindo a dominância política e econômica da Metrópole sobre a Colônia, contribuindo ainda, para o processo de deculturação dos índios. Além do mais, a formação

> europeia e humanística dos jesuítas veio ao encontro das aspirações da aristocracia e dos interesses da Coroa (2003, p. 57).

Esse contexto evidencia a relação entre a catequese e o ensino de música nas "escolas de cantar e tanger". Amato (2004, p. 23) afirma que desse processo surgiram os primeiros centros musicais do Brasil, majoritariamente vinculados à Igreja Católica e ao trabalho dos mestres de capela, responsáveis pelo ensino de música.

A Bahia, sede do episcopado até 1763, consolidou-se como o mais antigo centro musical brasileiro, impulsionada pela criação dos cargos de chantre e moço do coro na Sé de Salvador, em 1551. Diniz (1971) apud Amato (2004, p. 23) destaca ainda Pernambuco como importante centro musical, especialmente Olinda e Recife, pela expressiva atuação de compositores, regentes, cantores e instrumentistas. Minas Gerais também se destacou com a chamada "Escola dos Compositores da Capitania Geral das Minas Gerais" (Rosa, 2021, p. 12). Lange defende ainda que a música nas Minas Gerais, durante o período colonial, não era uma exclusividade eclesiástica, o que se constata nesse artigo de jornal:

> A ideia de terem sido padres os que deram formação musical tão acentuadamente universalista aos músicos-mulatos de Minas Gerais deve ser rejeitada. Nos começos da organização religiosa, foi proibido por uma ordenança o estabelecimento de mosteiros e conventos em todo o território da mineração, não só com a finalidade de evitar que os regulares abandonassem as suas obrigações estritamente religiosas, para se perderem no materialismo e nos vícios desencadeados pelo fascínio do ouro, mas também para impedir o contrabando, da mesma forma que se proibiu o estabelecimento de ourives (Lange, 1973 apud Rosa, 2021, p. 61).

Isso fez de Minas Gerais uma exceção entre os centros musicais do período colonial, pois trouxe um dinamismo musical com a presença de brasileiros natos sem o controle rígido da igreja, justificado pela falta de Bispado até o ano de 1748. Observa-se a importância da igreja na educação musical do Brasil Colonial, pois, de acordo com Amato (2004, p 24), nesse período as oportunidades para o aprendizado musical se desenvolveram ao longo do tempo. Inicialmente, os jesuítas desempenharam um papel fundamental na disseminação do conhecimento musical. Posteriormente, a instrução musical foi conduzida por um mestre de solfa[1] nos seminários, onde os alunos aprendiam as bases teóricas e práticas da música. Com

[1] Professor qualificado em ensinar os princípios do solfejo, ajudando os alunos a desenvolverem suas habilidades de leitura musical, afinação e compreensão teórica da música.

o passar do tempo, essa educação musical foi transferida para um mestre de capela nas matrizes e catedrais, locais de grande importância religiosa e cultural. Eventualmente, surgiram mestres de música independentes, os quais ofereciam um aprendizado mais diversificado e acessível fora do contexto religioso e institucionalizado.

Tipificação das escolas de música na literatura específica[2]

Antes de apresentar a Escola Municipal de Música de Alto Alegre do Maranhão, é necessário discutir as diferentes concepções de "escola de música" presentes na literatura. Embora o termo seja empregado para instituições com perfis distintos, Sabedot (2018, p. 32) problematiza sua própria definição.

Na busca por responder essa indagação, encontra-se autores que se complementam, como por exemplo, Cunha (2011, p. 71), o qual afirma que “As escolas de música são espaços relevantes para a formação musical”. Santos (2001, p. 41), por sua vez, é enfático ao dizer que “[...] entre os múltiplos espaços de atuação em educação musical hoje, [...] as escolas de música são campos consagrados, instituídos como legítimos, aos quais se dedicam músicos diversos”. Por fim, há o entendimento de que a escola de música é vista como

> […] um lugar social dotado de permanência, ou estabilidade, cercado de reconhecimento em sua missão, mantido por recursos materiais e humanos delimitados, normatizados externa e internamente e, enfim, sustentado por valores, ideias e comportamentos que, no seu conjunto, constituem a cultura institucional, no caso, a cultura escolar (Castanho, 2007, p. 40).

Cunha (2011, p. 71) denomina essas instituições de escolas de música livres ou alternativas**,** que não se submetem às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Por isso, não possuem currículo regulamentado nem autorização para emitir diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Nessa tipificação também se incluem as escolas vinculadas a órgãos públicos, universidades e conservatórios, autorizados a emitir diplomas de cursos técnicos e superiores em Música. Em contrapartida, as escolas de música livres oferecem cursos caracterizados pela flexibilidade curricular e adaptação às demandas do público (Cunha, 2011; Silva, 1995; Sabedot, 2018). Embora esse dinamismo possa ser interpretado como desorganização, Cunha

[2] Durante a preparação de trabalho o autor utilizou o Gemini, versão 3.1 Pro para buscas de literaturas e revisão de linguagem. Após o uso desta ferramenta, o autor revisou e editou o conteúdo gerado em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

(2011, p. 75) o compreende como expressão da diversidade de concepções, culturas e práticas de ensino. Requião (2001, p. 98) também as denomina escolas de música alternativas, ressaltando que a atuação docente é legitimada pela experiência profissional de seus professores como músicos. Nisso a autora revela uma característica dos professores que atuam nas chamadas escolas alternativas:

> O músico-professor é um profissional cuja formação foi orientada para o exercício de atividades artísticas na área da música. Sua atividade docente é colocada em segundo plano, embora ela seja, frequentemente, a mais constante e a que assegura uma remuneração regular. (Requião, 2001, p. 98).

Essa característica marcante, talvez nos remeta ao Brasil Colonial com os chamados mestres de música, já mencionados em seção anterior.

A Escola de Música no Maranhão

Dantas Filho, a partir de sua obra intitulada *"A grande Música do Maranhão Imperial – Estudo histórico-musicológico a partir do Acervo Musical João Mohana"* (2014), traz com riqueza de detalhes alguns acontecimentos da música maranhense imperial, a partir de autores como Adrien Balbi, geógrafo italiano que em sua obra, datada de 1822, faz referência ao Maranhão, como ele mesmo revela a seguir:

> Podemos dizer que esta parte da música [praticada no Brasil] é quase exclusivamente de uns poucos mestres italianos estabelecidos em Lisboa, em virtuoses que executam a ópera italiana em Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Existem alguns estabelecimentos portugueses onde, entretanto, pode-se aprender música vocal e instrumental, mas todos eles são organizados em um plano muito limitado não podendo ser comparados aos seus congêneres da Itália, França e Alemanha, formando músicos de alto nível. (Balbi, apud Dantas Filho, 2014, p. 36).

Esse trecho demonstra a importância musical do Maranhão no período, apesar de os estabelecimentos responsáveis pelo ensino de música vocal e instrumental serem tratados como limitados perante a outras escolas europeias.

Gouveia Neto (2021), por sua vez, revela que as orquestras de música do Brasil Imperial eram compostas principalmente por mulatos e africanos alforriados. O que não é de se estranhar, considerando que o Brasil Império ainda carregava muito das tradições

europeias, que, nesse caso, os mulatos[3] e africanos alforriados, apesar de estarem ainda em camadas sociais distintas e distantes, poderiam ser assemelhados à burguesia europeia, que nesse período era a composição majoritária das camadas que seguiam a carreira musical.

Norbert Elias (1995) ressalta a situação do músico europeu, ao afirmar que:

> A maioria das pessoas que seguia uma carreira musical era de origem não nobre, ou, em nossa terminologia, burguesa. Se quisessem ter êxito na sociedade de corte, e encontrar oportunidades para desenvolver seus talentos como músicos ou compositores, eram obrigadas, por sua posição inferior, a adotar os padrões cortesãos de comportamento e de sentimento, não apenas no gosto musical, mas no vestuário e em toda a sua caracterização enquanto pessoas (Elias, 1995, p. 20 *apud* Gouveia Neto, 2021, p. 43).

Elias (1995, p. 20) descreve uma sociedade europeia elitista, cuja influência também se refletiu no Brasil colonial, especialmente sobre músicos mulatos, escravizados e libertos. No Maranhão, essa influência pode ser observada nos Códigos de Postura, editados pela Câmara Municipal de São Luís a partir de 1842, que regulamentavam comportamentos públicos e privados.

Os músicos e artistas em geral não eram exceção nos Códigos de Postura, é o que demonstram dois artigos do Código de 1968:

> Art.° 14°. Todo o que der espectaculo de qualquer natureza que seja, no theatro, quando não for por contracto com o governo, nas ruas, nas praças, ou chãos desta cidade sem licença da câmara, pagará de multa vinte mil reis, e o dobro nas reincidências.
> Art.° 94°. É prohibido fazer voerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso. Aos contraventores a multa de quatro mil reis e vinte quatro horas de prisão (Selbach, 2010, p. 48 e 65).

Essas proibições refletem a tentativa de assimilação da cultura europeia e a consequente marginalização dos músicos, por meio da imposição de padrões de civilidade das elites maranhenses às camadas populares. Ainda assim, os escravizados, em ocasiões específicas, "podiam também exercer sua musicalidade e expressar sua alegria e contentamento" (Gouveia Neto, 2021, p. 60).

[3] Termo êmico, historicamente utilizado para descrever pessoas de ascendência mista especificamente descendentes de africanos e europeus. No contexto da história brasileira, o termo emergiu durante o período colonial, quando a interação entre europeus, africanos escravizados e indígenas resultou em uma população diversa.

Por outro lado, essa influência europeia também impulsionou iniciativas culturais, como a construção do Teatro União, iniciada em 1815 e concluída em 1817, o segundo teatro mais antigo das regiões Norte e Nordeste, atrás apenas do Real Teatro de São José, em Salvador.

De acordo com Salomão (2016, p. 28), apesar da chegada dos jesuítas no Maranhão ser datada de 1622, criando e mantendo o ensino a partir daí, e constando a informação da primeira escola instituída por eles, a partir de 1629, eles não tinham a permissão de ensinar música, como relata a autora:

> O ensino de música não era permitido pela liderança da Companhia, para que os padres pudessem dedicar-se mais aos ofícios da Igreja. No entanto, ele ocorria principalmente em locais distantes dos centros maiores. No Maranhão, pode-se mencionar o Padre Diogo da Costa, que entre os anos de 1690 e 1692 morava no Colégio do Maranhão (Salomão, 2016, p. 28).

Observa-se que, assim como na maioria das províncias, para não dizer em sua totalidade, no Maranhão a instrução musical se iniciou também com os padres jesuítas, modificando-se a partir de 1750, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, na tentativa de reorganizar o ensino sob moldes científicos e não mais apenas religiosos.

Na educação pública, a disciplina *rudimentos de música e exercícios de solfejo e canto,* bem como a disciplina de *música vocal* são instituídas, a partir do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, para ambos os sexos, com idade de sete a quatorze anos. A primeira era disciplina das escolas primárias do 1° grau do município do Império, a segunda, das Escolas Normais do Estado. No Maranhão, essas disciplinas se tornam obrigatórias a partir da obrigatoriedade do ensino primário, já citado no decreto anterior, mas agora pelo Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891. No entanto, Salomão (2016) relata que

> No *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Maranhão* dos anos de 1861, 1863, 1866, 1868 e 1869, foram identificados vários colégios particulares e públicos que incluíam aulas de música em seu currículo, embora em alguns não de maneira permanente, bem como o nome dos professores, com seus respectivos endereços e o valor a ser pago pelos alunos para frequentarem essas aulas (2016, p. 34).

Essa informação revela que o ensino de música já era praticado nas escolas, apesar de ser, em sua maioria, em escolas particulares. No entanto, o poder público do Maranhão,

mais precisamente em sua capital, começou a investir no ensino de música, no início dos anos 1900, como indica Salomão (2016):

> No Maranhão, a primeira iniciativa em relação a esse ensino, mais de meio século depois da realizada na capital do país, foi a Aula Noturna de Música, criada em São Luís em 19 de março de 1900, pela Lei nº 244, tendo como diretor o maestro Antonio Rayol, que foi nomeado no dia 27 e assumiu no dia 30 do mesmo mês e ano, com um salário de 200 mil réis mensais (p. 63-64).

Em Mensagem ao Governador do Estado[4], Antonio Rayol informa que as aulas da Aula Noturna de Música, previstas para 10 de abril de 1900, iniciaram no dia 15 com 48 alunos, alcançando posteriormente 92 matriculados, incluindo ouvintes. O curso, estruturado em Teoria Elementar e Solfejo, tinha duração de quatro anos e previa exame final para certificação.

Em 1902, a Lei nº 280 criou a Escola de Música, que passou a funcionar com os recursos da extinta Aula de Música do Liceu Maranhense, substituindo também a Aula Noturna de Música. Atendendo a solicitações de Antonio Rayol, nomeado diretor da instituição, a mensagem governamental atribui a ele o despertar do interesse pelo estudo da música na capital maranhense (Maranhão, 1902, p. 22).

Esse despertar pode ser comprovado pelo aumento de matrículas, que a professora Salomão (2016) relata, citando a Mensagem do Governador do Estado:

> [...] matricularam-se 158 alunos de ambos os sexos, ficando vinte alunos na cadeira de piano, dois na de canto solo, oito na de canto coral e o restante nas de teoria e solfejo individual. Por falta de instrumento, a cadeira de piano funcionou praticamente dois meses de pois de começadas as aulas (2016, p. 67).

Além das disciplinas já mencionadas, a Escola de Música oferecia ensino de violino, flauta, clarinete e oboé. Apesar do crescimento da demanda e dos pedidos do diretor por novos professores e melhorias na infraestrutura, a instituição foi extinta em 1912. A partir de então, as aulas particulares consolidaram-se como principal meio de educação musical,

[4] A mensagem do Governador do Estado, hoje chamada de Mensagem Governamental, é um documento que faz uma retrospectiva das ações e investimentos feitos no ano anterior pelo Executivo Estadual e apresenta perspectivas para o ano vigente. A mensagem da qual fizemos menção aqui, está disponível e formato digital, na plataforma DOCPRO.

embora já existissem anteriormente e permanecessem acessíveis, sobretudo, às camadas mais abastadas da sociedade maranhense (Salomão, 2016, p. 73).

Entre os professores particulares citados na literatura, destaca-se a pianista Lilah Lisboa de Araújo, formada em Portugal, Inglaterra e no Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro, onde foi aluna de Heitor Villa-Lobos. Sobre Lilah Lisboa, Silva (2015) destaca:

> [...] era professora de piano escolhida preferencialmente pela elite de São Luís. Processo natural considerando o status social de Lilah Lisboa e dos que frequentavam sua casa, referência cultural na cidade. Em verdade, outro fator contribuía para esse alunato rico, era o alto valor de suas aulas. Sobre isso a pianista Walquíria Ferreira Netto comentou que "Lilah Lisboa cobrava caríssimo por suas aulas" (p. 132).

A fala da pianista corrobora com a ideia de que as aulas particulares de música eram de fato para os mais abastados, ajudando a elitizar o ensino de música. D. Lilah Lisboa foi atuante na cultura do Maranhão entre os anos 1940 e 1960, estando à frente de grandes eventos musicais, e até de outras artes. Atuou também como professora de piano particular e coordenadora das atividades do canto orfeônico das escolas da capital, tendo sido recomendada ao Governador do Estado, pelo próprio Maestro Heitor Villa-Lobos.

Em 1971, no governo de Pedro Neiva de Santana, a partir da Lei nº 3.225, foi criada a Escola de Música do Estado do Maranhão, sendo integrada à Fundação Cultural do Maranhão – FUNC, também instituída pela mesma Lei já mencionada. Inicialmente, a nomenclatura utilizada para mencionar a Escola de Música não era a mesma da Lei, como revela Silva (2015):

> Inicialmente, a palavra "Estado" não fazia parte da nomenclatura da Escola. Embora constasse no Decreto de criação da Escola, tal estabelecimento era referenciado pela imprensa maranhense apenas como Escola de Música do Maranhão – EMMA, como pode ser constatado em diversos jornais. Desta maneira, a Escola de Música seria representada pela sigla EMMA por muitos anos (p. 159-160).

Inicialmente, a Escola de Música do Estado do Maranhão funcionou em prédio alugado, sob direção da pianista Maria José Cassas, contando inclusive com professores convidados de outros estados devido à escassez de profissionais qualificados no Maranhão. Entre 1978 e 1981, passou a funcionar em outra sede provisória, dirigida por Regina Telles, até estabelecer-se em sede própria, quando passou a denominar-se Escola de Música do

Estado do Maranhão (EMEM). Em 2001, foi transferida para um sobrado histórico que pertenceu a Lilah Lisboa de Araújo, incorporando seu nome à instituição.

Segundo Silva (2015, p. 160), a EMEM consolidou-se como a principal instituição formadora de músicos do estado. Embora não existam estudos sobre o número de escolas de música no interior maranhense, a atuação de seus egressos e a criação dos cursos superiores de Música da UEMA, UFMA e UEMANet ampliaram a formação de professores e músicos no Maranhão.

A Escola de Música em Alto Alegre do Maranhão

Alto Alegre do Maranhão, emancipado em 1996, possui cerca de 24 mil habitantes e um histórico recente de educação musical. Em entrevista, José de Ribamar Moura relatou que, antes da emancipação, a Igreja Católica mantinha um grupo de canto coral coordenado por irmãs franciscanas e um padre alemão, do qual participou entre 1994 e 1997.

Após esse período, ocorreram interrupções nas ações de educação musical. Segundo Denise Maria Pacheco, em 1999 foi criada a Banda Marcial do município, destinada às comemorações cívicas. A banda foi reativada em 2006, conforme relatou Irlana Cheila Santos de Oliveira, mediante recuperação e aquisição de instrumentos, mas voltou a ser descontinuada na gestão seguinte, evidenciando novos hiatos na oferta de educação musical.

Em 2011, ocorreu um marco para a educação musical de Alto Alegre do Maranhão: a fundação da Orquestra Acordes Celeste, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, presidida pelo Pastor Melkes Oliveira Silva. Em entrevista, Melkes relatou que decidiu estudar música após uma experiência pessoal durante uma Assembleia Geral Ordinária, em Caxias (MA). Como Alto Alegre não possuía oferta de ensino musical, iniciou seus estudos em Bacabal com o maestro Ananias Lima, onde começou pela teoria musical e pelo clarinete.

Seu relato evidencia a inexistência, naquele período, de equipamentos públicos voltados ao ensino de música no município, corroborando as informações fornecidas pela professora Irlana Cheila. Diante da dificuldade de deslocamento do maestro e da ausência de professores de música em Alto Alegre, Melkes decidiu ministrar as aulas teóricas em sua igreja, iniciando as atividades da orquestra com 62 alunos.

Ao ser questionado sobre os desafios da formação da orquestra, Melkes Silva destacou a diversidade etária dos participantes, que variavam de 11 a mais de 50 anos, exigindo estratégias pedagógicas diferenciadas. Também ressaltou as limitações estruturais enfrentadas no início das atividades, como a ausência de materiais adequados para o estudo das partituras, o que não impediu a continuidade das aulas.

A presença de alunos de diferentes faixas etárias demonstra que o interesse pela aprendizagem musical ultrapassava crianças e adolescentes, alcançando também adultos. Nesse sentido, Souza (2014, p. 103) afirma que a identidade do indivíduo é construída por meio das relações socioculturais, aspecto evidenciado pelo próprio entrevistado, que iniciou seus estudos musicais aos 45 anos.

Fundada em 4 de novembro de 2011, a Orquestra Acordes Celeste realizou sua primeira apresentação na Igreja Evangélica Assembleia de Deus e passou a oferecer, anualmente, formação musical aberta à comunidade, consolidando-se como um importante espaço de educação musical no município.

Sobre os impactos da iniciativa, Melkes destacou o aumento da participação de jovens nas atividades da igreja e a projeção da orquestra para além do ambiente religioso. Segundo o entrevistado, a participação da Orquestra nas comemorações de 7 de Setembro, em 2012, contribuiu para a retomada dos desfiles cívicos no município, posteriormente incorporados ao calendário da Secretaria Municipal de Educação.

O relato de Melkes reforça as informações apresentadas por Irlana Cheila, indicando que a retomada da educação musical institucionalizada ocorreu a partir de 2013, com a reativação da Banda Musical e a oferta de aulas de música para estudantes da rede municipal de ensino.

Em 2013, o município, além de reativar a Banda Musical, também inaugurou mais dois equipamentos, a Fanfarra Raimundo Batista, gerida pela Secretaria de Cultura, e a Banda Marcial João Mamede Pires, gerida pela escola de mesmo nome. Os três equipamentos passaram a ser os principais responsáveis pela formação musical dos estudantes da rede municipal de ensino, na qual os alunos podiam aprender, além de teoria musical, tocar algum instrumento de sopro ou percussão. Com a demanda crescente de estudantes e de jovens e

adultos interessados em estudar música, o Poder Executivo resolveu criar a Escola Municipal de Música de Alto Alegre do Maranhão.

A Escola Municipal de Música de Alto Alegre do Maranhão nasce a partir da Lei 231/2015, de 26 de agosto de 2015, com a seguinte redação:

> Art. 1º. Fica criada, por força desta Lei, nesta cidade, Escola Municipal de Música de Alto Alegre, que abrigará alunos de ambos os sexos, e de várias idades para o Ensino desta Arte (Alto Alegre do Maranhão (MA), 2015).

A professora Mirian Carneiro, vereadora do município de Alto Alegre do Maranhão e secretária de educação do município entre os anos de 2013 e 2020, relatou em entrevista que há um entendimento de que a Escola passou a funcionar imediatamente no prédio da Banda Musical, a qual já estava em funcionamento desde 2013. Segundo ela afirma, "*a Banda Musical já contava com professores ministrando aulas teóricas, de instrumentos de sopro e percussão*" (Mirian Carneiro).

Contudo, de acordo com as informações colhidas junto à direção da Escola, a instituição só foi inaugurada em 21 de abril de 2018, após o município participar do Programa Maranhão Musical, do Governo do Estado do Maranhão, cuja ideia inicial era oferecer curso de capacitação para professores, através da Escola de Música do Estado do Maranhão Lilah Lisboa, bem como a distribuição de *kits* com instrumentos e móveis para escolas de música nos municípios maranhenses.

As prerrogativas iniciais do Programa eram que o município tivesse pelo menos uma escola de música, criada por Lei e dois professores matriculados e frequentando o curso de formação ministrado integralmente, até o final de 2017, pelo Professor José Alves Costa (Zezé da Flauta), de saudosa memória.

Após o final do curso, foi entregue aos municípios que obtiveram êxito um *kit* com materiais para equipar as novas escolas de música.

Considerações Finais

A trajetória da educação musical em Alto Alegre do Maranhão evidencia um processo histórico marcado por iniciativas religiosas, comunitárias e políticas públicas. As experiências de canto coral, bandas marciais, fanfarras e a criação da Orquestra Acordes Celeste, em 2011,

contribuíram para a construção de uma cultura musical local e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Nesse percurso, a Escola Municipal de Música de Alto Alegre do Maranhão, criada pela Lei nº 231/2015 e efetivada em 2018, representa um marco na institucionalização do ensino musical público. Mantida pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, a instituição atende crianças, jovens e adultos, oferecendo formação em instrumentos musicais e canto coral. Sua criação demonstra a importância das políticas públicas para a democratização do acesso à educação musical no interior maranhense.

Entretanto, permanecem desafios relacionados à organização curricular, à infraestrutura e à formação específica dos docentes. A presença de apenas dois professores licenciados em Educação Musical entre os oito contratados evidencia a necessidade de políticas de valorização profissional e formação continuada. Conforme Sebben (2023), a docência em Música é atravessada por contradições estruturais, políticas e conceituais, que envolvem a formação dos professores e as concepções que orientam suas práticas.

Assim, o fortalecimento da escola requer investimentos em propostas pedagógicas contextualizadas, articulando teoria, prática instrumental, criação, apreciação e experiências socioculturais dos estudantes. É fundamental reconhecer os saberes construídos nas bandas, fanfarras e igrejas, integrando-os ao planejamento e fortalecendo os vínculos entre escola, comunidade e memória. Conclui-se que a instituição constitui espaço de formação artística, participação social e preservação da memória musical local, cuja trajetória merece ser registrada, valorizada e continuamente investigada.

Referências

AMATO, R. de C. F. *Memória musical de São Carlos:* retratos de um conservatório. Tese. (Doutorado em Educação)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CASTANHO, S. Institucionalização das instituições escolares no Brasil: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org.). *Instituições escolares no Brasil:* conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2007. p. 39-57.

CUNHA, E. da S. e. (2014). Compreender a escola de música: uma contribuição para a sociologia da educação musical. *REVISTA DA ABEM*, *19*(26). Recuperado de https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/175

DANTAS FILHO, Alberto. A grande música do Maranhão Imperial: estudo histórico musicológico a partir do acervo Musical de João Mohana. Teresina: Halley, 2014. 470p. ilus.

ESPERIDIÃO, Neide. Conservatórios: currículos e programas sob novas diretrizes, 2003, 508p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

GOUVEIA NETO, João Costa. Ao som de pianos, flautas e rabecas: estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. São Luís: EDUEMA, 2021. 176p.

ROSA, Hudson Ditherman Francisco. Curt Lange [manuscrito]: implicações do termo "mulatismo musical". Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SABEDOT, Rodrigo. Escolas de música: uma revisão de literatura. *Revista da FUNDARTE*, Montenegro, p.31-45, ano 18, nº 36, julho/dezembro. Disponível em: http://.seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index> 18 de dezembro de 2018.

SALOMÃO, Kathia. O ensino de música no Maranhão (1860 -1912): lugares, práticas e livros escolares. São Luís: EDUFMA, 2016.

SEBBEN, Egon Eduardo. Licenciatura em música: mediações e contradições entre formação e prática docente. Revista da Abem, v. 31, n. 1, e31111, 2023.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). Códigos de Postura de São Luís/MA. São Luís/MA: EDUFMA, 2010, 304p.

SILVA, Paula Figeredo da. Uma história do piano em São Luís do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2015, 232p.

SOUZA, Jusamara. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociografia musical. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 91-111, jul./set. 2014.